



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/17157>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v18i30.17157>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 18 | N. 30 | Jan-Jun, 2024.


Submissão: 18/05/2024 | Aprovação: 30/06/2024



## O PROTAGONISMO QUILOMBOLA E AS ALTERNATIVAS À CRISE CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA

### *QUILOMBOLA PROTAGONISM AND ALTERNATIVES TO THE CLIMATE CRISIS IN THE AMAZON*

Raimundo Erundino Santos Diniz <sup>ID</sup>  
PROFHISTORIA-UNIFAP<sup>1</sup>

Silvana da Silva Barbosa Diniz <sup>ID</sup>  
Secretaria de Estado de Educação-SEDUC (PA)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva problematizar o protagonismo quilombola na Amazônia para mitigações da crise climática. A sustentação epistemológica desta análise reflete a autoconsciência e a consciência histórica pautada na ancestralidade Griô quilombola e na memória biocultural destes sujeitos, em relação ao uso de bens comuns por estratégias de compartilhamentos, regras de usos e acessos coletivos e individuais que arrimam e conservam a autogestão de território, como asseveram Toledo; Barrera Bassols (2009), Hampaté Bâ (1982), Almeida (2012) e Ostrom (2002). A metodologia utilizada neste artigo infere pesquisa qualitativa, bibliográfica e pesquisa virtual, somadas a experiências de campo em territórios quilombolas nos Estados do Pará e Amapá. Os resultados desta análise apontam que dinâmicas ancestrais quilombolas são essenciais à reprodução de processos ecológicos e manutenção de biomas elementares a contenção de desequilíbrios ambientais e crises climáticas.

**Palavras-chave:** memória biocultural; quilombolas; crise climática.

**Abstract:** This article aims to problematize quilombola protagonism in the Amazon for mitigating the climate crisis. The epistemological support of this analysis reflects self-awareness and historical consciousness based on ancestry Griô quilombola and in the biocultural memory of these subjects in relation to the use of common goods through sharing strategies, rules of collective and individual use and access, maintain and preserve the self-management of territory, as Toledo asserts; Barrera Bassols (2009), Hampaté Bâ (1982), Almeida (2012) and Ostrom (2002). The methodology used in this article infers qualitative and bibliographical research and virtual research based on field experiences in the States of Pará and Amapá. The results of this analysis indicate that ancestral quilombola are essential to the reproduction of ecological processes and environment maintenance of elementary biomes.

**Keywords:** biocultural memory; quilombolas; climate.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sócio-ambientais (PPGDSTU/NAEA/UFPA) com pesquisas sobre Etnodesenvolvimento, Memória Biocultural, História e territorialidades quilombolas na Amazônia; coordena o Projeto de pesquisa Historicidades e Sabedorias Griôs de Territórios Quilombolas Contemporâneos. E-Mail: [historiadiniz@gmail.com](mailto:historiadiniz@gmail.com)

<sup>2</sup>Mestrado Profissional em Ciências e Meio Ambiente pelo Instituto de Ciências Exatas e Naturais (PPGCMA/ICEN/UFPA). Especialista em Microbiologia. E-mail: [silbarbdin@gmail.com](mailto:silbarbdin@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Este artigo enseja analisar as transformações climáticas recentes como resultados de ações de desenvolvimento da economia capitalista, capitaneadas pelo Estado, por meio de pressões políticas de concessões de terras, flexibilizações dos direitos étnicos, desmonte de instituições socioambientais e estratégias protecionistas sobre os recursos naturais. Estas ações geram impactos deletérios diretos em territórios quilombolas da Amazônia, atingindo peculiaridades históricas, ambientais, étnicas e culturais de processos de domínios e ocupações territoriais por grupos étnicos na região.

A tese sustentada neste artigo aponta que os territórios quilombolas e demais identidades coletivas em terras tradicionalmente ocupadas, são alvos de motivações e efeitos da crise climática<sup>3</sup> e nesses mesmos territórios, reúnem-se saberes ancestrais e práticas equilibradas de usos de bens comuns cruciais para atenuar a referida crise. Por outros termos, acredita-se aqui, que as alternativas a crise climática, devem ser compreendidas a partir de territorialidades específicas e as práticas de domínios dos recursos naturais e produção saberes tradicionais seculares cultivados por comunidades quilombolas e demais identidades<sup>4</sup> coletivas que incidem em processos ecológicos e equilíbrio ambiental na Amazônia.

Estas comunidades quilombolas, aqui compreendidas como potencializadoras de práticas coletivas de preservação e conservação ambientais, são historicamente ameaçadas pela expansão do capitalismo e excluídas por meio do racismo ambiental que lhes impedem protagonizar posições decisórias em arenas de debates sobre a crise climática. O conceito de racismo ambiental foi criado há mais de 40 anos, revela mais uma faceta do *racismo estrutural* Almeida (2019), que sujeita comunidades negras, quilombolas e demais grupos em terras tradicionalmente ocupadas a situações de marginalidades e são desproporcionalmente afetadas pela devastação ambiental<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> A concepção de crise climática operada neste artigo acompanha as análises de Ometto (2023) ao considerar que a alteração na concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, e conseqüentemente o aumento de energia no meio, reflete na temperatura da Terra e aponta que a partir de uma média de temperatura determinada na segunda metade do século passado, as temperaturas do planeta mostram aumento constante e, sendo os maiores valores, encontrados nos últimos 9 anos.

<sup>4</sup> As identidades coletivas são grupos, comunidades, coletivos que manifestam suas formas de existências por aquilo que consideram crucial para a reprodução social, cultural/identitária de acordo com a singularidade organizacional coletivamente construída, em suas maneiras de manifestar o universo simbólico e as atividades práticas realizadas tradicionalmente pelo pertencimento do viver, fazer e produzir, em seus rituais religiosos/espirituais e cosmológicos, confecções de artesanatos/artesania, atividades agrícolas, roças, calendários climáticos, saberes, oralidades, feiras, festividades e corporidades. Em outras partes da Amazônia e do Brasil, “povos da floresta”, do cerrado, coletores, extrativistas, caranguejeiros, marisqueiros, catadoras, quebradeiras de coco de babaçu, faxinalenses, indígenas e quilombolas, povos de terreiros são exemplos de identidades coletivas urbanas ou rurais.

<sup>5</sup> <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-que-e-o-racismo-ambiental/>

O protecionismo ambiental como dinâmica de gestão ambiental empresarial recorta a crise climática a partir de resultados de catástrofes ecológicas sem considerar a presença humana na natureza. Quilombolas, povos tradicionais e identidades coletivas em suas ecologias humanas, historicamente manejam e ocupam superfícies privilegiadas no que refere a concentração de propriedades da natureza como biodiversidade, recursos hídricos, cerrado, várzea, florestas e demais ecossistemas.

## **O CHÃO QUILOMBOLA E AS TENSÕES NO CLIMA E NA SUPERFÍCIE TERRESTRE**

As comunidades quilombolas a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garantiram o direito fundamental ao território e com os artigos 215 e 216 da CF/1988, a proteção a suas historicidades e presencialidades nas maneiras de viver, fazer, criar e produzir. O Decreto nº 4887/2003 responsabiliza o Estado à consignação e efetivação de políticas públicas específicas com prioridades ao processo de titulações de territórios quilombolas<sup>6</sup>.

Para o ano de 2020 o IBGE apontava mais de 5.972 comunidades quilombolas no Brasil. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (**Conaq**), são mais de 6.300 comunidades, com mais de 16 milhões de quilombolas distribuído em várias regiões do Brasil. O quadro abaixo demonstra o distanciamento entre o número de comunidades tituladas e as que estão em processo de titulações.

---

<sup>6</sup> Observa-se que no início do processo de titulação há um congestionamento relativo às fases de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e principalmente desintrusão. Na fase de desintrusão encontram-se uma enxurrada de processos judiciais movidos por invasores ou processos de sobreposições de imóveis que se estabeleceram ilegalmente em terras antes ocupadas por famílias quilombolas.

Figura 1 - Tabela: Territórios quilombolas por *status* fundiário - 2022

Status fundiário	Quantidade	Percentual
Titulado	147	29,76%
Decreto	82	16,60%
Portaria	72	14,57%
RTID	137	27,73%
Estudo técnico	40	8,10%
Delimitado	16	3,24%
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, com informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e dos órgãos estaduais e municipais com competências relacionadas à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de Territórios Quilombolas, termos do Decreto nº 4.887, de 2003.

O IBGE QUILOMBOLA (2022) registra a população quilombola por Unidades da Federação em valores absolutos, a Bahia é a Unidade da Federação com maior quantitativo de população quilombola – 397 059 pessoas – equivale a 29,90%. Em segundo lugar o Maranhão, com 269. 074 pessoas quilombolas, o que corresponde a 20,26% da população quilombola recenseada. Somando a população quilombola da Bahia e do Maranhão, tem-se 50,17%. Os estados de Minas Gerais e Pará, com 135. 310 e 135. 033, respectivamente, concentram juntos 20,36% da população quilombola. As demais Unidades da Federação são responsáveis por 23,54% da população quilombola, com 312. 499 pessoas quilombolas. Não foram registrados quilombolas nos estados de Acre e Roraima.

Nos municípios da Amazônia Legal, são 426. 449 pessoas quilombolas, o que representa 1,60% da população residente total da região. A presencialidade quilombola em biomas brasileiros indicam que os Territórios Quilombolas ocupam 3,8 milhões de hectares (Mha), que corresponde a 0,5% do território Nacional. O bioma amazônico concentra o maior número de territórios quilombolas.

Em posição oposta à conservação e preservação de territórios verdes em territórios quilombolas, estão empreendimentos econômicos de diversas naturezas com destaque para as práticas de produções minerais e agrícolas na Amazônia. O cultivo da soja agora com prioridade de *expansão*

no Estado do Amapá, afetam negativamente os bens comuns<sup>7</sup> e as superfícies ocupadas por territórios quilombolas e adjacentes. Ademais, modificações genéticas agropecuárias e agrícolas geram desequilíbrios ambientais na cadeia alimentar e no controle de pragas, somados a outras práticas, como o envenenamento de subsolo e desmatamento, e mais recentemente queimadas orquestradas por ações criminosas, somadas a matança de lideranças na região.

As principais iniciativas do agronegócio nesta região com produção de soja, produz conflitos agrários por invasões e grilagem de terras. Nos últimos 10 anos, o ano de 2017 foi o mais violento para as comunidades quilombolas de todo o Brasil. De acordo com os dados levantados, o número de assassinatos de 2016 para 2017 cresceu em aproximadamente 350% (Terra de Direitos; Conaq, 2019, p. 47).

E ainda, amplificam e superam cada vez mais a quantidade de bois em relação à quantidade de seres humanos na Amazônia, sem falar da experiência histórica de replantio nominada *reflorestamento* com a inserção de espécies exóticas que configuram paisagens homogêneas que não recuperam a biomassa, biodiversidade e os processos ecológicos da área desmatada. Essas ações destruidoras são simplificadas com o uso do termo *expansão do agronegócio*, *expansão da malha viária*, *expansão do potencial energético*, são práticas predatórias convergentes ao ritmo frenético de produção capitalista destinada majoritariamente ao mercado internacional.

Essas ações ocorrem sob a nuvem do que Almeida (2012) nomina *protecionismo ambiental* que produz uma narrativa de economia sustentável e *capitalismo verde*, mas na prática:

Assiste-se atualmente à aplicação de políticas de “reorganização de espaços e territórios” que não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo. (...) Ainda que não se percebam alterações profundas na retórica “protecionista”, observa-se que políticas “protecionistas”, em termos mercantis, deixam entreaberta a possibilidade de uso intensivo e imediato dos recursos naturais em prol de políticas de crescimento econômico, traduzidas por grandes obras como hidrelétricas, rodovias, portos e congêneres. (Almeida, 2012, p. 66).

Nesta mesma região amazônica, impactada por ações deletérias de empreendimentos capitalistas, encontram-se secularmente comunidades quilombolas e demais grupos que veem gradualmente esfacelarem suas condições de reproduções materiais e simbólicas de cultivos em áreas

<sup>7</sup> Ostrom (2002), ao se referir as possibilidades de uso comum dos recursos naturais enquanto bens comuns, aponta a existência de algumas variáveis, quanto às formas de gestão interna e controle dos recursos naturais. Destaca ainda que, as atividades e práticas coletivas de socialização de possíveis problemas no usos destes bens comuns devem seguir a adesão de critérios de comportamentos e regras de convivências como variáveis e fatores decisivos na gestão dos bens comuns.

de roças, pescas, extrativismos e espaços sagrados. Nestes territórios quilombolas, elaboram-se códigos específicos de convivências coletivas, regras de usos de bens comuns que dão sentido a noção de territórios tradicionalmente ocupados. São lugares onde se reproduz a memória biocultural<sup>8</sup>, práticas comunitárias, saberes e crenças em organizações culturais tradicionais, sistemas de usos comuns, coletivos e individuais.

A memória biocultural confere práticas de manejos, experimentações, linguagens, saberes e memórias condizentes com a conservação e a preservação de propriedades da natureza. A natureza não é simplificada a noção de *recursos naturais*, mas compreendida como um arquipélago de vidas, elementos naturais que formam um sistema dinâmico que promove à religação de saberes, crenças e processos materiais ancestrais relativos à reprodução da vida. Em tais práticas tradicionais encontram-se respostas a alguns dilemas da sociedade moderna capitalista e da própria ciência. São consoantes aos limites e regulações do consumo de bens comuns, continuidade da diversidade biológica e ecológica, manutenção de princípios éticos e morais nas relações seres humanos/natureza como informam Toledo; Barrera-Bassols (2009).

Para os autores citados anteriormente há uma dicotomia entre os saberes tradicionais e ciência moderna, mediada pela amnésia coletiva, sustentada por narrativas e discursos em defesa do valor cambial/de troca em detrimento do valor de uso das propriedades da natureza. A terra/território passa a ser interpretada como terra/propriedade, terra/produto, terra/insumo. Produz-se um recorte temporal, a partir do tempo presente, com o discurso de vanguarda, pioneirismo e inovação em favor de ações capitalistas que se apropriam de modo impositivo das propriedades da natureza.

Em pesquisa recente Morais Dias (2023) em Tese de doutorado nominada *Agro não é tudo: a expansão da monocultura da soja sobre territórios quilombolas na Amazônia Oriental*<sup>9</sup>, acrescenta:

As porções de florestas mais preservadas são aquelas que se concentram nas áreas de conservação, por serem áreas protegidas por lei e por órgãos federais. O avanço do agronegócio sobre as comunidades quilombolas já havia sido motivo de estudos de Arruti (2008) que concluiu que as ações governamentais não dão conta de responder às necessidades das comunidades quilombolas, sobretudo relacionadas ao uso e ocupação da terra nestas comunidades (Morais Dias, 2023, p. 191).

<sup>8</sup> Para Toledo; Barrera-Bassols (2009) a existência e permanência da memória biocultural depende de ritos e mitos que são específicos e relacionais, e operam num grande sistema de simbologias temporalmente, socialmente e culturalmente contextualizadas as práticas sociais e reproduções materiais contemporâneas. São repertórios pretéritos marcadores de experiências históricas vivenciadas pelo grupo ou comunidade que podem ser revisitadas por meio de recuperações de memórias e práticas sociais inerentes aos processos de domínios, pertencimentos, existências e resistências relativos às historicidades, saberes, práticas e oralidades produzidos coletivamente.

<sup>9</sup> Esta pesquisa o autor analisou os municípios paraenses de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém, a Floresta Nacional do Tapajós (FNT) e os quilombos presentes no município de Santarém: Murumurutuba, Bom Jardim, Maria Valentina, Arapemã, Tingu e Murumuru.

De acordo com as análises do autor, o cenário que se aproxima, prescreve a *expansão da soja*:

Figura 2 - Tabela: Cenário de ampliação da soja no Brasil até 2019

Ano	Soja (Milhões de toneladas)	Ano	Soja (Milhões de toneladas)
2020	120,62	2030	155,85
2021	123,09	2031	159,92
2022	127,00	2032	164,11
2023	130,43	2033	168,40
2024	134,04	2034	172,81
2025	137,59	2035	177,81
2026	141,16	2036	181,97
2027	144,73	2037	186,73
2028	148,30	2038	191,61
2029	151,87	2039	196,63

Fonte: Adaptado de Guiducci e Laviola (2019).

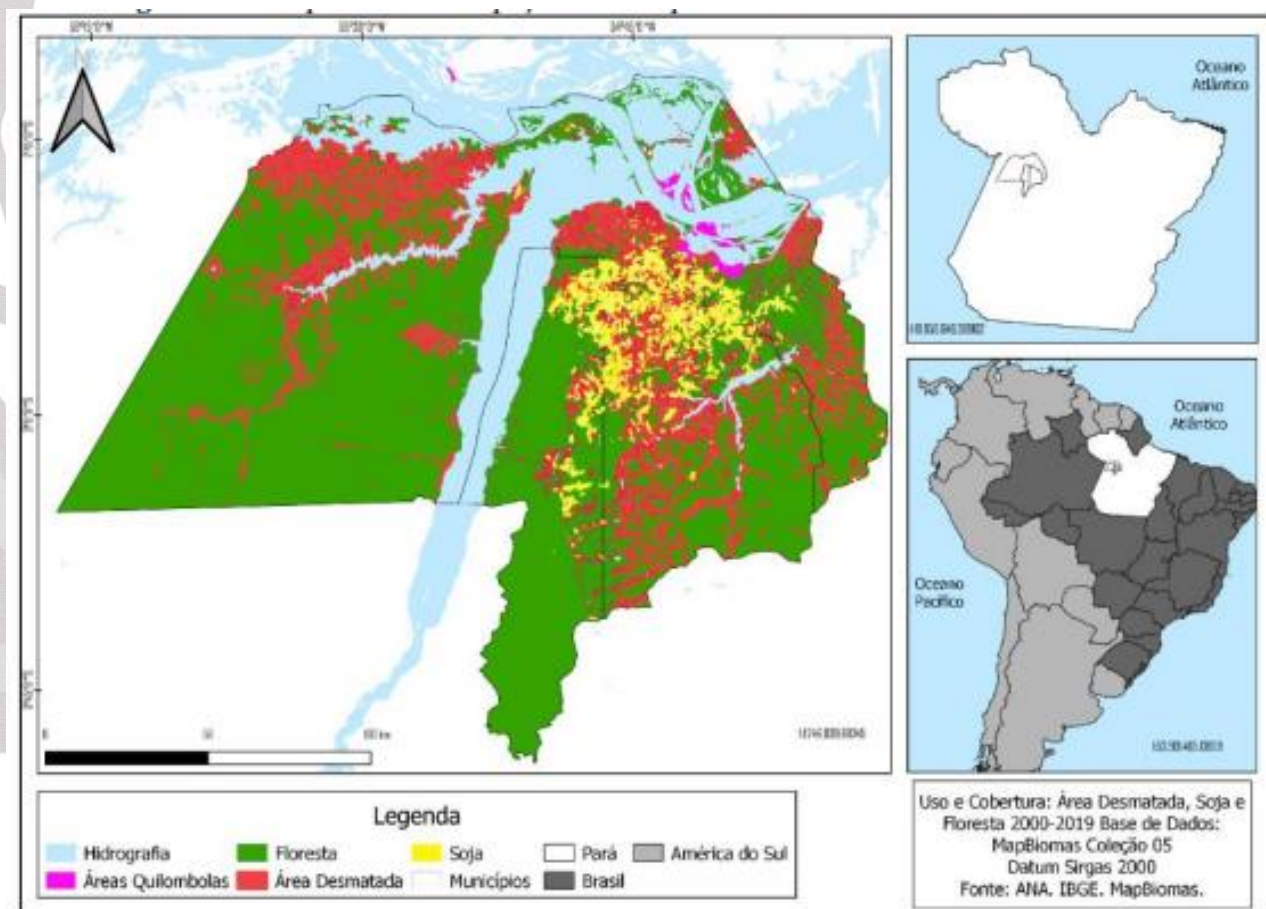
Nesta modalidade de ocupação do solo pelo agronegócio a paisagem natural passa a ser interpretada com viés utilitarista, desnutrida de diversidade, simplificada e modelada as necessidades do empreendimento em voga para gerar matéria-prima e insumo ao mercado. A biodiversidade é compreendida a partir do crivo seletivo de instituições científicas voltadas especificamente a produção de *commodities*, o trabalho familiar/comunitário secularmente pautado em relações de solidariedade/confiança e pertença, passa a ser substituído por contratos de trabalhos.

A continuidade de projetos mineradores, hidrelétricos, pecuaristas e agronegócios movidos por incorporações empresariais e atuação de corporações de escritórios de advogados e engenheiros florestais especializados em direito agrário, sustentam a ampliação de cercas físicas e simbólicas contrárias aos direitos de sujeitos em terras tradicionalmente ocupadas a exemplo de quilombolas na Amazônia.

Em outras frentes, parlamentares de direita e extrema direita propõem legislações e impetram processos judiciais objetivando redefinir a geografia agrária de terras tradicionalmente ocupadas/ancestral e de povos originários, em favor de empreendimentos empresariais do tempo presente por meio da chamada *regularização fundiária*, com destaque ao recente debate do *marco temporal* em terras indígenas.

As práticas de manejos agrícolas tradicionais, substituídas por maquinarias, fertilizantes e herbicidas. A racionalidade econômica/capitalista de produção monocultora sistemática invisibiliza a agroecologia, agricultura familiar e a pesca artesanal. Por conseguinte, Moraes Dias (2023) apresenta o mapa de expansão de empreendimentos em áreas de preservação ambiental e territórios quilombolas na região oeste do Pará:

Figura 3 – Mapa de uso e ocupação de terra para área de estudo no ano de 2000-2019



Fonte: Moraes Dias (2023, p. 191).

O autor destaca que um dos efeitos climáticos sentidos pelas comunidades quilombolas referem à intensificação do fenômeno de *terras caídas* às margens de rios em diversas localidades da Amazônia. Este fenômeno também atinge comunidades quilombolas ribeirinhas, ocasiona o desabamento de margens de rios, e obriga as famílias aos constantes deslocamentos de unidades domésticas no território. Algumas famílias registram estar na reconstrução da quarta unidade doméstica. Registrou-se o mesmo fenômeno na região de Bailique, no Amapá e em diversas vilas em Santarém/PA.

A imposição de legislações, unificação ou homogeneização de regras e comportamentos para o uso de bens comuns e recursos naturais, redefinição de espaços de circulações e fronteiras, intensificam as tensões na superfície terrestre e em territórios quilombolas. As intervenções de agentes/instituições públicas/governamentais sem o devido conhecimento e arranjos institucionais atuam em territórios quilombolas e demais terras tradicionalmente ocupadas sem considerar os protocolos de consultas como prescreve a convenção 169 no Artigo 7º:



I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. (Convenção 169, 2011, p.19).

Os protocolos de consultas são garantias de manejos comunitários de territórios pelos sujeitos que secularmente exercem domínios sobre seus territórios. Estas ações/intervenções que insistem em obnubilar os direitos étnicos e políticas públicas específicas para estes povos tradicionais, quilombolas, coadunam com concepções de gestão utilitarista, por meio de prescrições de termos de usos de recursos naturais, apresentados por instituições governamentais que acirram e ameaçam o esfacelamento de práticas ancestrais em territórios tradicionais e suas práticas de autogestão comunitária. O quadro abaixo compila situações de agressões e/ou ameaças a territórios quilombolas no Brasil e peculiarmente na região norte:

Figura 4 – Quadro: Episódios de conflitos em Territórios quilombolas

SITUAÇÕES SOCIAIS	EPISÓDIOS
Obras de infraestrutura planejadas (Dutos, Linha de transmissão, Portos, Ferrovias, Rodovias federais, Rodovias estaduais, PCH e UHE).	57,9%, 286 dos Territórios quilombolas no Brasil estão pressionados por obras de infraestrutura planejadas, impactando 1.931.583,9 ha nesses territórios.
Incêndios florestais	85% das queimadas concentram-se em até 5 km de estradas na Amazônia (Kumar et al., 2014).
Sobreposições em territórios quilombolas	45% de territórios quilombolas da região norte sofrem alguma forma de sobreposição em seus territórios levando a processos de judicializações intermináveis que afetam os processos de titulações quilombolas.
Cadastro de imóveis rurais (CAR-IRU)	Um total de 15.339 cadastros de CAR-IRU incidem sobre 94,1% de Territórios Quilombolas (465), impactando 1.143.619,5 ha nesses territórios. A sobreposição do CAR-IRU impacta 30% da área total dos Territórios no Brasil. As regiões Sul e Centro Oeste são as mais impactadas, onde 73% e 71%, a região Sudeste também apresenta uma alta taxa de sobreposição, de 64% da área total dos Territórios, seguida da região Norte com 19% área total dos Territórios Quilombolas..
Requerimentos minerários	52,8% de Territórios Quilombolas (261) estão ameaçados por requerimentos minerários, um total de 1.385 requerimentos minerários pressionam 781.467,3 ha nesses territórios. No Centro Oeste são os territórios mais pressionados, onde 35%. Em seguida, as regiões mais pressionadas são: Sul (25%), Sudeste (21%), Norte (16%) e Nordeste (14%).

Fonte: Oviedo; Lima e Sousa (2023). Adaptado.

De acordo com o Programa de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia (PRODES) do INPE, 408 hectares foram desmatados dentro dos Territórios quilombolas em 2022. Este valor foi 31% menor comparado ao ano de 2021. Entretanto, uma parcela significativa deste desmatamento é decorrente de invasões e passivos de empreendimentos do entorno aos territórios e atividades ilegais realizadas por não quilombolas, informam Oviedo; Lima e Sousa (2023)<sup>10</sup>.

Estes desarranjos institucionais, intervenções e interdições em territórios quilombolas tem relações diretas com a perda de áreas verdes/biodiversidade, elementares a contabilidade ecológica para evitar riscos ambientais e a crise climática. Os efeitos climáticos retornam aos territórios quilombolas, já afetados durante a instalação de iniciativas predadoras em várias partes da região amazônica.

Em 2023 houve estiagem recorde na Amazônia. Os impactos da seca em Comunidades quilombolas da região de Oriximiná e Óbidos (no Norte do Pará,). O episódio resultou na diminuição do volume dos rios para os níveis mais baixos registrados em mais de 120 anos de observação, informa o **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**<sup>11</sup>.

## ALTERNATIVAS A CRISE CLIMÁTICA E O PROTAGONISMO QUILOMBOLA

O levantamento realizado pelo MapBiomas<sup>12</sup> informa que são 494 Territórios Quilombolas titulados. Segundo o Censo quilombola do IBGE (2023) 30% já titulados e 70% em processo de titulação. A maioria dos territórios quilombolas (181) ficam na Amazônia, depois seguem Mata Atlântica (136), Caatinga (94), Cerrado (63) e Pampa (20). Na Amazônia os territórios quilombolas ocupam 2,5 milhões de hectares, nos demais biomas individualizados, nenhum chega a 600 mil hectares.

A rede Mapbiomas (2023) informa que os quilombolas tem grande potencial de conservação e preservação de cobertura verde em seus territórios. Para os anos de 1985 a 2022, tiveram perda de apenas 4,7%. A vegetação nativa de territórios quilombolas está principalmente na Amazônia (73%), Cerrado (12%) e Caatinga (10%). Os Territórios Quilombolas acompanham a preservação da cobertura vegetal nativa no Brasil, Territórios Indígenas que ocupam 13% do território nacional, contêm 19% de toda vegetação nativa do país.

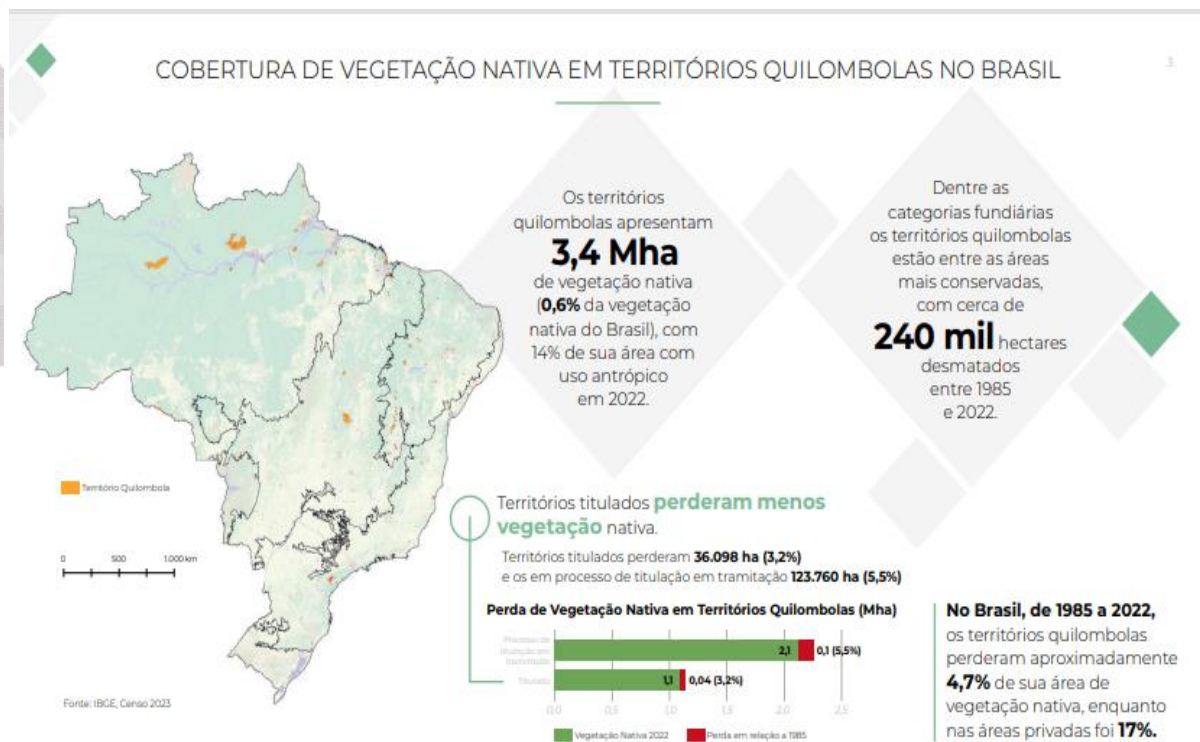
<sup>10</sup> As Pressões Ambientais nos Territórios Quilombolas no Brasil. [Sample Chapter 02.08.2022 \(landportal.org\)](#)

<sup>11</sup> <https://diplomatieque.org.br/comunidades-quilombolas-seca-na-amazonia/>

<sup>12</sup> [Comunidades quilombolas enfrentam os desafios persistentes da seca na Amazônia](https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13/Comunidades-quilombolas-enfrentam-os-desafios-persistentes-da-seca-na-Amazonia). <https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13>

Os dados indicam que neste interim, enquanto nos territórios já titulados, a perda de vegetação nativa entre 1985 e 2022 foi de 3,2%, nas áreas em processo de titulação esse percentual foi de 5,5%. Ou seja, a titulação de territórios quilombolas tem relação direta com a preservação e conservação de áreas verdes. A crise climática está diametralmente relacionada à perda de áreas verdes no planeta, desequilíbrio ecológico e o aquecimento global. O mapa abaixo indica os índices de cobertura vegetal em territórios quilombolas em escala nacional:

Figura 5 – Mapa: Vegetação nativa em Territórios Quilombolas no Brasil



Fonte: <https://brasil.mapbiomas.org/>.

Com o processo de titulação de territórios quilombolas nos termos do Decreto 4887/03 garante-se as condições materiais para a preservação e continuidade da memória biocultural quilombola. Este fator de continuidade de processos ecológicos garante o fortalecimento e legitimação do pertencimento quilombola em suas territorialidades específicas, elaboradas por meio de histórias, acervos, rituais, saberes, linguagens, trabalhos, crenças e memórias. São ensinamentos importantes à compreensão e exercício de práticas equilibradas de usos sociais coletivos, usos individuais de bens comuns, tão caros ao debate sobre a crise climática.

A permanência da memória biocultural quilombola depende de ritos e mitos específicos e relacionais que operam em um grande sistema de simbologias, saberes e práticas sociais temporalmente, socialmente e culturalmente contextualizados a calendários climáticos, agrícolas, cosmológicos, astrológicos e religiosos, a partir do território. A continuidade da memória biocultural recuperada e atualizada por *Griôs quilombolas*<sup>13</sup> mobilizam ações sociais coletivas disciplinadoras do uso dos bens comuns, posições políticas e afirmações culturais. Ademais, confere estratégia de sobrevivência com a reserva de sementes crioulas em favor de segurança alimentar ou deslocamentos intercomunitários, como vimos em 2020 no contexto da pandemia do COVID-19<sup>14</sup>, para exemplificar.

Para Diniz (2016) o processo de triangulação que interliga crenças, saberes e práticas sociais entre os quilombolas na Amazônia mobilizam ações em diversos níveis das organizações sociais de comunidades, potencializando os impactos sobre a superfície. Fomenta-se sentimentos de unidade, identificação e representatividade a partir da socialização, apreciação e interações que explicam o sentido da autogestão do território, a transversalidade da vida comunitária, as crenças, o uso comum, a ancestralidade como processos inerentes a vida no quilombo.

Acompanhando as elaborações teóricas em os *sentidos das práticas* de Bourdieu (2007) aplicadas aos saberes quilombolas em defesa do território vivo, entende-se a mobilização de esforços comunitários de preservação e conservação da biodiversidade e do uso equilibrado dos bens comuns. Estes marcadores recortam o desenho territorial com centralidade à diversidade biológica e cultural, que refletem etapas importantes de processos educacionais, festividades de Santos, processos decisórios em assembleias, trabalhos coletivos como mecanismos de organizações comunitárias, defesas e buscas pela ampliação e efetivação de direitos étnicos e defesa de seus territórios.

Para Toledo; Barrera-Bassols (2009) a diversidade biológica relaciona-se à diversidade cultural, expressada entre outros elementos pela diversidade linguística e pelas práticas de manejos tradicionais, concentradas geograficamente onde existem maior disponibilidades de recursos naturais/áreas verdes, e grupos étnicos tradicionais. Os quilombos da Amazônia ossificam esta tese à

<sup>13</sup> De acordo com Diniz (2022) Os quilombos contemporâneos na Amazônia são espaços afro-diaspóricos que interseccionam a transmissão oral, a ritualista corporal e cosmológica afroindígena, inerentes a relações equilibradas com a biodiversidade, com centralidade na reprodução de crenças e saberes. Em acordo com a concepção de Ki-Zerbo (2010), são três os pilares de transmissão do conhecimento: os documentos escritos e registrados; a arqueologia e; a tradição oral. Para ele, a história oral transmitida pelos *Griôs* são fontes de transmissão de conhecimento e reprodução da história africana e africanidades. De acordo com o autor os antigos *Griôs* são “[...] velhos de cabelos, voz cansada e memória um pouco obscura, rotulados às vezes de teimosos e meticulosos”, (KI-ZERBO, 2010, p. 27), mas que guardam uma boa parte do conhecimento e das tradições de África, considerado um guardião dos conhecimentos e saberes populares.

<sup>14</sup> Um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), uma iniciativa envolvendo várias universidades do país, constatou que uma pessoa negra sem escolaridade tem quatro vezes mais probabilidade de morrer do novo coronavírus no Brasil do que uma pessoa branca com educação superior. Ver: <https://aida-americas.org/es/blog/o-racismo-ambiental-e-os-impactos-diferenciais-da-pandemia>

medida que a diversidade de linguagens e conhecimentos referenda o domínio ancestral sobre o território e o uso contínuo de recurso coetâneo a potencialização da biodiversidade.

Os autores ressaltam que os múltiplos usos de ecossistemas para as reproduções tradicionais permitem potencializar as interações ecológicas, regulações de grupos humanos e organismos, polinizações de espécies vegetais e micro orgânicas, reciclagens de nutrientes, e ampliam a diversidade genética. Por outro lado, reduzem as ações de pestes, ampliam a fertilidade de solos, renovações de recursos hídricos promovendo maior variedade de espécies. Ademais, demonstram religações de saberes ancestrais e contemporâneos, bem como, coincidências no globo terrestre de manchas que reúnem grupos étnicos, tradições espirituais, oralidade, biodiversidade e à diversidade linguística produzindo intercessões atenuantes da crise climática na geografia global.

Ante o exposto convém afirmar que há um protagonismo quilombola secular interseccionado com povos originários, povos tradicionais e demais identidades coletivas em seus territórios no exercício do equilíbrio ambiental. Os saberes e práticas agroecológicas, cultivos em roças, cultivos em florestas consorciadas, práticas de experimentações transgênicas milenares em pomares, jardins, quintais e hortas comunitárias, manejo de recursos hídricos, extrativismo, manejo de adubos e biomassas. Além de conhecimentos etnomicrobiológicos e etnopedológicos, uso de espécies de fauna e flora para ornamentar, extrair enzimas, cascas, fruto, raízes e óleos. E ainda, extração de argila e pedras para produção de artesanato e moradias, pequenas arquiteturas.

São conhecimentos práticos articulados com práticas milenares, aprendidas a partir de saberes paleolíticos e neolíticos de baixos impactos sistêmicos. Estes saberes são desconsiderados em detrimento de 500 anos de ciência moderna que nas últimas décadas tem acelerado a crise climática. A ciência moderna tem seus pilares extraídos de saberes tradicionais, seus insumos são capturados em terras tradicionalmente ocupadas, como em territórios quilombolas. Inexoravelmente os territórios quilombolas historicamente são protagonistas de alternativas para atenuar e inverter alguns impactos da crise climática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As comunidades quilombolas como protagonistas milenares de práticas de usos sociais de bens comuns ensinam sincronias, coesões e acordos que envolvem os agentes sociais e as disposições de propriedades da natureza. Apontam estratégias de controle, regulação e conhecimentos sobre as

espécies em áreas de uso comum e orquestram ações combinadas na decisão de como usar ou não os recursos da natureza ensejando minimizar os impactos ambientais.

As modalidades de usos sociais quilombolas de bens comuns manifestam interações com outros mundos, espirituais, comunitários e cosmológicos que norteiam e alimentam o disciplinamento de condições materiais e simbólicas elaboradas situacionalmente de acordo com o movimento do território vivido. O território projetado como um bem comum não anula o estabelecimento de dissipações, discordâncias e micro relações conflituosas entre os quilombolas. Os processos decisórios são definidos coletivamente sem perder as coesões e solidariedades, principalmente no que se refere à questão do acesso aos bens comuns e a permanência do território.

De outro modo, inerente às experiências produzidas socialmente por quilombolas em seus territórios, a memória biocultural alimenta um contínuo processo de enriquecimento de saberes, polinização da natureza. Suas performances culturais no território sustentam a ancestralidade e a autoafirmação quilombola. Este contínuo processo de enriquecimento e aperfeiçoamento compartilhado equaciona a reprodução social no território ao tempo natureza, mediados pelas singularidades de memórias *Griôs* (HAMPATÉ BÂ, 1982) que tem a natureza viva como processo elementar.

Na lógica da economia capitalista historicamente estes grupos são vistos como obstáculos por algumas autoridades e grupos econômicos que perseguem outras lógicas de ocupações e uso dos recursos com interesse em explorar e extrair as riquezas em curto prazo. As políticas de modernizações do Estado anunciadas como de desenvolvimento, concentram-se no controle de áreas verdes e recursos naturais estratégicos para o mercado de terras e interesses comerciais do poder econômico. Buscam o lucro imediato que ignora a história social, natural e a memória biocultural quilombola e demais identidades coletivas. Ignoram a continuidade de áreas verdes, ignoram crise climática, ignoram a vida.

Diante das reflexões apresentadas nesse artigo sugere-se reposicionar o lugar de quilombolas e demais identidades no debate sobre alternativas centrais a crise climática e de modo peculiar o replanejamento de ações voltadas às cadeias produtivas e valores relativos aos ganhos financeiros. Para tanto, o Estado tem papel crucial na retenção, regulação e fomento de atividades econômicas em áreas verdes e na organização da sociedade, logística institucional e estrutura de governança voltada à proteção e autogestão de destes espaços pelas famílias quilombolas, concomitante a justiça ambiental, redução de desigualdades sociais e conservação da biodiversidade.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, A. W. B. D.; SOUZA, M. S. **Terras de faxinais**. Manaus: UEA, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Cadernos CRH, Salvador, v. 5, n. 64. p. 6371. jan./abr. 2012.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO J. (Org.) **História geral da África**. São Paulo: Ática, 1982.

K- ZERBO, J. **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**, ed. Ática, São Paulo, 1982.

BRASIL. **Censo Demográfico Quilombolas Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2022.

BRASIL. **Censo Demográfico Quilombolas Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro 2023.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 4.887**. Brasília, DF: Senado, 2003.

BRASIL. **Comunidades-quilombolas-seca-na-amazonia**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Acesso: <https://diplomatie.org.br>, 2023.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. (Org.) Sérgio Miceli. São Paulo: perspectiva. 2007. (Coleção estudos).

DINIZ, R. E. S. **Quilombo de São Pedro dos Bois: memória biocultural subvertida nas logicas de ocupação recentes do Amapá**. (Tese de Doutorado); Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2016.

DINIZ, R. E. S. **História, educação e sabedorias griôs amazônicas: territorialidades quilombolas contemporâneas**. (org.). Macapá: UNIFAP, 2022.

KUMAR, S. K.; ROY, P. R.; COCHRANE, M. A.; SOUZA JÚNIOR, C. M.; BARBER, H. P.; BOSCHETTI, L. **A quantitative study of the proximity of satellite detected active fires to roads and rivers in the Brazilian tropical moist forest biome**. International Journal of Wildland Fire. 2014.

MAPBIOMAS. Comunidades quilombolas enfrentam os desafios persistentes da seca na Amazônia. Acesso: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13>.

MORAIS DIAS, Gustavo Francesco de. **Agro não é tudo: a expansão da monocultura da soja sobre os territórios quilombolas na Amazônia Oriental** /Tese de Doutorado. UFPA/NAEA. 2023.

OMETTO, J. P Mudanças Climáticas: Riscos, Impactos e Adaptação. In: **Caderno de Mudanças Climáticas: fundamentos e estratégias para a adaptação**. [livro digital] / André Constant Dickstein, Vinícius Lameira Bernardo (org.). Rio de Janeiro, RJ: MPRJ, IERBB, ABRAMPA, 2023.

OSTROM, E. **Reformulando los bienes comunes el cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques em la Amazonía**, IEP.; Instituto del Bien común, 2002.

PARÁ. **Mapa de Exclusão Social do Estado do Pará 2019**. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA). Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2019.

TERRA DE DIREITOS; CONAQ. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil** / Terra de Direitos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importância ecológica delas sabidurías tradicionales**. [S.l.]: Icária & Editorial, 2009.